



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0135609-66.2020.6.05.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA
COORDENADORIA DE EQUIPAMENTO E SUPORTE
ASSUNTO : Análise de regularidade do Pregão

Parecer nº 37 / 2021 - PRE/DG/ASSESD

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto a contratação de empresa para *prestação de serviços de conservação das urnas eletrônicas, bem como manutenção das baterias externas, patrimoniadas no TSE e cedidas ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia*, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 16/2021 (documento n.º 1672956).

Inicialmente, cumpre registrar o atendimento das condições legais inerentes à fase interna do aludido procedimento, conforme consignado na decisão que autorizou a abertura do certame (documento n.º 1669092).

Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio nomeados por meio da Portaria 45/2020 (documentos n.ºs 1670509 e 1673014).

Publicado o edital o edital no Comprasnet e no DOU (documentos n.ºs 1673016 e 1673019), e não havendo pedidos de esclarecimento ou impugnações, foi aberta a sessão no dia 02.08.2021, conforme previsto em edital.

Após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos.

Na fase de julgamento da proposta, a empresa melhor classificada foi instada a realizar ajustes na planilha de custo, a qual foi acostada mediante documento n.º 1693676.

Houve tentativa de negociação de preços, objetivando a redução do valor da proposta apresentada, não se obtendo êxito.

Sendo assim, após análise dos documentos de habilitação (documento n.º 1597093), foi declarada vencedora a empresa VR CONSULTORIA LTDA. Com efeito, após análise dos referidos documentos, constata-se o atendimento aos requisitos exigidos no Edital.

Além disso, assim como concluiu o pregoeiro, verifica-se que as multas e advertências constantes do relatório de ocorrências do fornecedor não são impeditivos de contratação com a Administração Pública.

Aberto o prazo para registro de intenção de recorrer, não houve manifestação por parte das licitantes.

Observa-se que os procedimentos realizados durante a sessão pública foram detalhadamente descritos pelo Pregoeiro no Relatório Final (documento n.º 1695256), e estão em consonância com o quanto registrado na Ata de Realização do Pregão (documento n.º 1692647).

Deste modo, sugere-se a homologação do certame, uma vez que foram observadas as regularidades dos demais atos procedimentais, devendo a Administração, proceder à convocação da empresa adjudicatária para a celebração do contrato, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02 e arts. 13, VI e VII, do Decreto n.º 10.024/2019, e de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação, Ata de Realização do Pregão e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 1693686, 1693688, 1692647 e 1695256).

Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8.666/93.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário - ASSESD

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-

Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 18/08/2021, às 17:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 18/08/2021, às 17:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1699735** e o código CRC **4F09EF6E**.

